

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO – PE 50/2024

PROCESSO – SAP 1000000050

Impugnante: DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços sob demanda de infraestrutura de cabeamento de rede lógica, cabeamento de rede telefônica, câmeras de circuito interno de televisão (CFTV), equipamentos de controle de acesso, com fornecimento de materiais e equipamentos de rede de dados, compreendendo instalação, remoção, ampliação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, testes de funcionalidade, durante o prazo de 12 (doze) meses em sistema de registro de preços, conforme justificativas, normas e especificações técnicas presentes no Termo de referência, Edital e anexos

1. PRELIMINARMENTE

Nos termos do item 6 e de seus subitens do Edital – PE 50/2024, a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 48/2024 - APPA, recebeu e analisou em conjunto com a área técnica responsável, a impugnação apresentada pela Empresa **DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.**

Preliminarmente, cumpre destacar que em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, e tempestividade, conforme fazem prova os documentos acostados ao

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Presente Processo de Licitação, uma vez que a impugnação foi apresentada em 24/10/2024, conforme excerto:



2. DAS RAZÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA

Insurge-se a Impugnante em desfavor dos termos do Edital acima epigrafado, resumidamente contra os seguintes pontos:

Em primeiro lugar, o item 16.11, alínea 'b', do Termo de Referência, bem como os certificados listados na tabela de materiais da planilha orçamentária e do Anexo III – Modelo para Apresentação das Propostas, comprometem a competitividade do certame e impõem custos prévios e excessivos para as licitantes.

Em segundo lugar, foi veiculada uma série de requisitos de habilitação que não estavam anteriormente previstos, determinando que as licitantes possuam diversos profissionais técnicos em seu quadro funcional como requisito de habilitação, sem qualquer garantia de contratação, igualmente comprometendo o caráter competitivo do certame.

Em terceiro e último lugar, foi verificada importante omissão no instrumento convocatório quanto a um dos itens que deve ser ofertado, o que impede as licitantes de formularem, de maneira precisa, suas propostas. Diante da ausência de informações essenciais, são necessários esclarecimentos.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

2.1. Da exigência de certificados que comprometem a competitividade do certame e impõem custos prévios e excessivos para as licitantes

Das Certificações ISO

Em análise à planilha orçamentária, observa-se que de fato consta na especificação técnica de alguns dos materiais listados, a exigência de certificações ISO. Ocorre que, diferentemente do alegado pela representante, é claro o equívoco na interpretação deste quesito, pois somente existem exigências de certificação ISO e demais padrões de fabricação e comercialização, **para alguns produtos e alguns fabricantes dos mesmos. REFORÇAMOS: a exigência é para os produtos ofertados e seus fabricantes.**

Não há em qualquer momento, a exigência de ISO para proponentes/licitantes participantes do certame, mesmo se tratando de revenda de produtos e/ou prestação de serviços a esta Administração Portuária em momento de vigência ou execução da Ata.

Importa que seja frisado o caráter absolutamente técnico e legal acerca do exigido apenas dos produtos e de quem os fabrica, e nunca do licitante. **A justificativa está fundamentada na necessidade de controle de qualidade, performance, durabilidade e garantia de funcionamento e padronização de nosso sistema de infraestrutura de tecnologia da informação.**

Um dos exemplos, citados inclusive na representação anteriormente protocolada, são os cabos de rede, que possuem certificação desde a sua fabricação, embalagem e entrega para usabilidade final.

Os cabos de rede são certificados para garantir a qualidade, confiabilidade e desempenho da rede, além de proporcionar segurança na transmissão de dados e informações, permitindo o processo de certificação. Dessa forma e com esse padrão de qualidade e segurança, são importantes porque:

- Verifica-se a qualidade do material de cabeamento e da mão-de-obra;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

- Garante que os cabos e conectores estão de acordo com os requisitos para evitar interferências e ruídos;
- Identifica vulnerabilidades no sistema de cabeamento;
- Analisa a compatibilidade dos produtos utilizados;
- Evita problemas na rede que possam afetar o funcionamento da empresa;
- Determina o padrão de qualidade da rede;
- Otimiza os processos internos e o investimento financeiro;
- Reduz a ocorrência de problemas e o tempo gasto na solução;
- Garante a sustentabilidade do projeto de cabeamento;
- Proporciona rapidez no diagnóstico de problemas de conexão e tráfego de dados

Cabe ressaltar que as exigências seguem para os demais materiais que formam a rede cabeada, como conectores, terminais e demais produtos instalados em um ponto de rede estruturado. Nesta Administração Portuária já possuímos 90% (noventa por cento) da rede estruturada com garantia de 25 (vinte e cinco) anos, ofertada pelo fabricante em contratos anteriores, que possuem em seu portfólio produtos com normas e certificações que ampliam a vida útil e funcionalidades do produto.

Portanto, como já exigido em certames anteriores com sucesso na garantia alcançada e produtos de qualidade instalados, é que a exigência está longe de ser restritiva à competição ou impor custos à licitante, pois não se exige ISO do licitante, mas sim que o produto ofertado e seu fabricante o tenham, garantindo que os produtos seguem as melhores práticas de fabricação (ISSO 9001) e sustentabilidade (ISSO 14001).

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Nessa linha de raciocínio, destacamos a aplicação da Lei nº 13.303/2016 em seu art. 31, assim como o art. 2º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA (RILC) que tem textos idênticos:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, **inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto**, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.(grifo nosso)

Na mesma via, temos o art. 214, VI, §11 do RILC:

§11 O ciclo de vida, poderá ser levado em consideração no julgamento das licitações em que os critérios de julgamento adotados envolvam o preço como parte relevante para a determinação da proposta mais vantajosa e em que os bens e serviços licitados sejam relevantes sob o ponto de vista da sustentabilidade.

Da aplicação legal temos que a proposta mais vantajosa para a Administração nem sempre é a que oferte apenas o menor preço, e sim, aquela que atenda às necessidades do Poder Público, justificada pelas especificidades do produto ou serviço a ser entregue ou prestado.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Ao tratar do assunto “ciclo de vida do objeto” nas contratações públicas, Juarez Martins¹ comenta:

“A análise do ciclo de vida, nas contratações públicas, requer a releitura do conceito de proposta mais vantajosa para a administração pública, com intensa atenção ecossistêmica aos impactos diretos e indiretos. A nova Lei Brasileira de Licitações Públicas determina o escrutínio integrado e interdisciplinar do ciclo de vida do objeto, com o abandono da perspectiva pautada exclusivamente pelo viés economicista, tendo em mente a centralidade indiscutível dos fatores sociais, ambientais e éticos. Ademais, a motivação, na esfera decisória pública, jamais se revela neutra. Assim, na avaliação do ciclo de vida, não merecem prosperar metodologias incapazes de traduzir a justa precificação sustentável. Imprescindível aperfeiçoar a governança pública, de molde a viabilizar aferição confiável do ciclo de vida, por intermédio de ferramentas hábeis a dialogar com as múltiplas técnicas avaliativas, afastando fórmulas simplistas e redundantes. Em suma, o exame do ciclo de vida requer consecutivo refinamento metodológico, com ênfase para a decisão iluminada por protocolos engajadamente indutores do primado líquido de benefícios e cobenefícios”

Vejamos que a excelência dos produtos exigidos, devidamente justificados em sede de estudo de relevância, funcionalidades, qualidade e garantia, fornecem segurança e confiabilidade a todo sistema de rede estruturada. A transmissão de dados é algo tão sensível que não permite a aplicação de produtos sem a qualidade e especificações técnicas de excelência, pois colocariam em risco toda a operação portuária, inclusive com perdas econômicas significativas. Assim, o cabeamento estruturado é uma infraestrutura crucial

¹ Nova Lei de Licitações e o ciclo de vida do objeto. August 2022 - [Revista de Direito Administrativo](#) 281(2):91-106, extraído do endereço:

https://www.researchgate.net/publication/362855936_Nova_Lei_de_Licitacoes_e_o_ciclo_de_vida_do_objeto

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

para garantir a eficiência e confiabilidade dos sistemas de comunicação, principalmente em ambientes corporativos e edifícios comerciais. Isso porque a sua abordagem organizada e padronizada não apenas simplifica a gestão de redes, mas também oferece flexibilidade para adaptações futuras e manutenções periódicas.

Existem vários fabricantes nacionais e internacionais, com estas características e práticas, citando como exemplos:

Furukawa - <https://pt.scribd.com/document/381332058/Regulamento-Do-Programa-de-Garantia-Estendida-Cliente-1>

Nexans

<https://www.nexans.com.br/pt/products/StructuredCablingSystem/Copper.LAN.Systems/Category.6/Essential34055.html>,

Commscope,

<https://pt.commscope.com/globalassets/digizuite/917221-Network-nfrastructure-Sys-Extended-Warranty-FM-111043-PT.pdf>

Prysmian

<https://www.arandanet.com.br/revista/rti/noticia/3745-Prysmian-e-R&M-apresentam-o-programa-Synergy-LAN.html>

R&M.

<https://www.rdm.com/pt-br/servicos/downloads/page/28/?download=159020>

No que se refere especificamente ao item apontado, ou seja, item 16.11, “b” do termo de referência que diz:

“b) Catálogos completos de todos os itens do anexo I, contendo todas as especificações técnicas dos materiais ofertados, bem como os certificados de comprovação conforme

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

descritos nos itens da planilha orçamentária. Somente será aceito catálogo emitido pela internet se contiver especificação do equipamento e o endereço eletrônico do fabricante para consulta. Atendendo as especificações constantes na planilha.”

Revisitando o Termo de referência e constatando a impropriedade quanto à exigência dos catálogos de **todos os itens** da planilha (comparativo entre a primeira publicação do PE SAP 50/2024 e agora sua republicação, procedeu-se com a exclusão de muitos itens, permanecendo a exigência de entrega de catálogos apenas daqueles fundamentais para garantir a qualidade do ofertado. A exigência de apresentar catálogos, nada mais é do que uma garantia para a Administração de que os produtos ofertados correspondem às especificações exigidas, pois esta é uma das formas como é aferida a correspondência entre o solicitado e o proposto. Cabe ressaltar que catálogos estão sempre disponíveis junto aos fabricantes dos produtos ou equipamentos, em suas páginas/sites oficiais, de forma gratuita e geralmente em download PDF, não trazendo nenhum custo adicional ou restringindo a competitividade entre os interessados.

Tal exigência, não tem a intenção de provocar custos às proponentes, mas pelo contrário, mostra-se a melhor forma de agilizar a comprovação de atendimento técnico do item, promovendo a isonomia da competição com produtos e itens, compatíveis com o edital.

Pelo exposto, sem razão a impugnante.

2.2. Quanto aos requisitos de habilitação que não estavam anteriormente previstos, determinando que as licitantes possuam diversos profissionais técnicos em seu quadro funcional como requisito de habilitação, sem qualquer garantia de contratação, igualmente comprometendo o caráter competitivo do certame

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

A impugnante alega que o edital exige que as licitantes possuam diversos profissionais técnicos em seu quadro funcional previamente ao certame, exigência esta que limita a competitividade e restringe a participação de muitos interessados.

Importa destacar que os requisitos de habilitação do item 11.5 do Edital que fazem referência ao item 14 do Termo de Referência, estão absolutamente respaldados pela legislação e até pela própria decisão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR em decisão proferida no âmbito do Processo nº 428830/23 – Acórdão nº 705/23, que tratou exatamente do tema em debate.

Os referidos itens citados como exemplo pela impugnante, preveem:

11.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 11.5.1.4.** A PROPONENTE deverá apresentar documentação que comprove possuir em seu quadro funcional 01 (um) profissional Engenheiro de Segurança do Trabalho.
- 11.5.1.7.** Pelo menos 01 (um) Profissional com formação superior em redes de computador com registro no respectivo órgão de classe.
- 11.5.1.10.** Apresentar documento que comprove possuir em seu quadro funcional no mínimo 2 (dois) profissionais, com certificado de treinamento e capacitação pelo(s) fabricante(s) da câmera(s) ofertada(s).

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(...)

14.1.5. A PROPONENTE deverá apresentar documentação que comprove possuir em seu quadro funcional 01 (um) profissional Engenheiro de Segurança do Trabalho.

(...)

14.1.8. Pelo menos 01 (um) Profissional com formação superior em redes de computador com registro no respectivo órgão de classe.

(...)

14.1.11. Apresentar documento que comprove possuir em seu quadro funcional no mínimo 2 (dois) profissionais, com certificado de treinamento e capacitação pelo(s) fabricante(s) das câmara(s) ofertada(s).

É claro o equívoco da impugnante neste ponto, pois o item 11.1.1 do edital prevê que após o encerramento da disputa, a licitante arrematante tem o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar os documentos para comprovação da habilitação técnica, econômico-financeira, jurídica, regularidade fiscal e declarações.

É de ressaltar ainda que não há impeditivo de participação, e sim critérios de avaliação das propostas e documentos de habilitação, cuja análise será efetuada apenas pelo apresentado pela licitante arrematante.

É importante destacar que estas exigências de habilitação técnico profissional foram reintroduzidas no certame republicado, por 2 (dois) motivos:

- primeiro, porque o próprio TCE já se manifestou pela sua regularidade;
- segundo, porque nas palavras da impugnante, “a Administração Pública tem certa margem de discricionariedade para estabelecer exigências no Edital”, e assim o fez.

Quando da representação – Processo nº 428830/23 referente ao PE 425/2023, a impugnante mostrou sua irresignação quanto às mesmas exigências de habilitação que estavam presentes naquele certame, e o TCE assim se manifestou:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Deveras, a regra do instrumento convocatório se encontra em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, do qual o Acórdão n.º 1446/2015, do Plenário, de cujo bojo se retira:

“a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste”.

Em assim sendo, não se vislumbra a impropriedade apontada pela representante.

Em segundo lugar, tem-se as críticas aos Itens 11.5.3.13, 11.5.3.16, 11.5.3.17 e 11.5.3.18, que exigem que o licitante detenha profissionais com certificação expedida pelo fabricante dos equipamentos.

Não vislumbro como essas exigências desbordariam do razoável, na medida em que, ao que parece, tão só intentam a demonstração da capacidade técnica necessária para a implantação dos serviços, como destacado pela própria estatal:

“O edital, utilizando o que constava no Termo de referência quanto ao tema, exigiu a comprovação de treinamento do fabricante do produto/marca ofertada cuja lógica é disponibilizar para

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

configuração ou manejo de um equipamento de grande porte, no que diz respeito a suas funcionalidades, a expertise atestada pelo fabricante. Estes mesmos profissionais criam regras de segurança de fluxo de dados entre redes, testando as funções disponíveis do equipamento. Esta prática inibe a possibilidade de invasões digitais, através de equipamentos não autorizados. Ao se conectar na rede de forma física, são bloqueados na recepção e transmissão de dados, eliminando um ataque cibernético com roubo e posterior uso indevido de dados e imagens desta Autoridade Portuária.

A referida exigência, contribui também aos cuidados, com o valor econômico, pois um técnico certificado, sabe o manuseio e os procedimentos corretos do equipamento, doutrinado pelo fabricante. Tal exigência é a prática, inclusive com grande assertividade, do mercado de bens de consumo, como eletrodomésticos e veículos. Afinal de contas, como dar garantia de um produto sem o correto manuseio e manipulação técnica? Inclusive nesta exigência, estamos primando pelo correto uso do erário público (peça 22, fls. 16-17).

O que se tem aqui é a indicação de que os profissionais envolvidos diretamente na prestação dos serviços a serem contratados seja tecnicamente adequado para a realização do objeto, ostentando capacitação técnica mínimo para os equipamentos ofertados.

Desse modo, nesse quesito, não pode prosperar o presente expediente.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Especificamente sobre a exigência do profissional Engenheiro de Segurança do Trabalho e profissional com formação superior em rede de computador com registro no CREA ou CAU, o TCE também decidiu pela regularidade da exigência:

Em quarto lugar, existe controvérsia em relação aos já supracitados Itens 11.5.3.3 e 11.5.3.12, que exigem profissionais com qualificação elevada, tendo em vista que profissionais da área, mas sem formação superior ou qualificação específica, estariam aptos a atender às necessidades da contratação. No caso, os referidos dispositivos exigiram um profissional Engenheiro de Segurança do Trabalho e um profissional com formação superior em redes de computador com registro no CREA ou CAU.

Nessa hipótese em específico, tendo em vista o correto atendimento ao interesse público que determinou a deflagração do procedimento licitatório, compete ao ente estatal promotor da licitação a eleição dos quesitos técnicos necessários ao adimplemento das obrigações do futuro contrato, existindo permissivo para a indicação do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto do certame, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (artigo 52, inciso II, do RILC).

Nesse sentido, tem-se por razoável a justificativa apresentada pelo Porto quando assevera que:

“As exigências de qualificação solicitadas estão de acordo com a boa prestação de serviços, que se espera da contratada e estão dentro do objeto do escopo do certame e serviços a serem realizados. Como exemplo a situação do Engenheiro de segurança do trabalho se faz necessário, não pela quantidade de funcionários desta APPA e sim pelo fluxo de pessoas e veículos transitando no momento em que se realiza algum tipo de reparo ou serviço, bem como o perímetro portuário que oferece riscos e periculosidade” (peça 22, fls. 23).

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

E o Douto Conselheiro assim concluiu:

Destarte, improcedente o expediente nesse quesito.

PORTANTO, NÃO EXISTE IRREGULARIDADE ALGUMA NAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO, EIS QUE O PRÓPRIO TCE JÁ SE MANIFESTOU EXPRESSAMENTE SOBRE O TEMA.

Apenas por amor ao debate, importa frisar que tais exigências, visam a comprovação de capacidade dos profissionais, especialmente no que se refere à manipulação dos equipamentos, mantendo a integridade dos mesmos, fator preponderante para implantação e uso da garantia ao fabricante. Em caso de mau funcionamento, servem também, para as manipulações lógicas, incidentes nas configurações devidamente corretas, com os equipamentos e softwares, a fim de oferecer menor riscos de paradas inesperadas, desencadeando paralisações desnecessárias as operações portuárias.

Em algumas situações não é autorizado, atuar com algum tipo de contingência, em substituição a rotina implantada, onde persiste a paralisação até o reparo do equipamento ou sua reconfiguração, uma vez que foi realizada de forma inadequada. Para exemplificar, citando uma das situações ou possibilidades, é a ausência de gravação no equipamento, das configurações de rede, que se perdem por falta de energia. Tal situação será inexistente, ou de menor probabilidade de ocorrer, quando realizado por um profissional capacitado pelo fabricante do equipamento ou software ofertado. Lembramos que não exigimos marca e fabricante, apenas características técnicas.

A referida exigência, contribui também quanto aos cuidados, com o valor econômico, pois um técnico certificado, sabe o manuseio e os procedimentos corretos do equipamento, doutrinado pelo fabricante.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

2.3. Quanto ao suscitado relativo à omissão no instrumento convocatório sobre um dos itens que deve ser ofertado, o que impede as licitantes de formularem, de maneira precisa, suas propostas.

A impugnante alega que a especificação do item 229 do Termo de Referência (Modulo de Proteção compatível para câmera Axis) é muito genérico e isso afeta a competitividade do certame porque a licitante tem dificuldade de formular sua proposta.

Não procede a alegação da impugnante, pois trata-se de item descomplicado que não necessita de maiores especificações para possibilitar a formulação de proposta pelos licitantes.

Vale destacar que a ausência de maiores especificações ocorre justamente para afastar qualquer tipo de restrição a competitividade, ou seja, não há especificações detalhadas para não haver qualquer risco de direcionamentos para a licitação. Não seria adequado para um item relativamente simples da ata a Autoridade Portuária exigir características minuciosas como medidas, marcas ou composição com materiais específicos.

Considerando que a única necessidade da Autoridade Portuária para o módulo de proteção é de que ele seja compatível com câmera Axis, esse foi o único requisito exigido, porque se trata da única descrição necessária para os licitantes formularem a proposta.

Inclusive, importante destacar que a impugnante já apresentou orçamento desse item exatamente com essa descrição para a APPA através da sua proposta de n. 241962PX-A4-APPA enviada em 04/07/24.

Veja que os itens 226, 227 e 228 da planilha seguem a mesma descrição objetiva pois tratam de itens simples como suporte para câmera e adaptador de parede, tendo como única exigência a compatibilidade com as câmeras Axis. Nesse sentido, também o item 229

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

(modulo de proteção) é de fácil compreensão pelas licitantes, pois são empresas especializadas na prestação e fornecimento do objeto da licitação.

Também neste ponto, não merece guarida a impugnação posta.

3. DA DECISÃO

Assim, em face das razões expendidas acima, sem nada mais evocar, conheço da impugnação e **NEGO PROVIMENTO**, para o fim de manter inalteradas as previsões editalícias, **ficando mantida a data agendada para o certame em 01 de novembro de 2024.**

Paranaguá, 29 de outubro de 2024.

Angelo Geraldo Bochenek

Pregoeiro



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana

